



Repensar a Atratividade Regional na **Área Metropolitana de Lisboa, Portugal**



OCDE



AD&C
Agência para o
Desenvolvimento e
Coesão, I.P.



Cofinanciado pela
União Europeia

SOBRE A OCDE

A OCDE é uma organização intergovernamental multidisciplinar de 38 países membros que envolve no seu trabalho um número crescente de não-membros de todas as regiões do mundo. A principal missão da organização, hoje em dia, é ajudar os governos a trabalharem em conjunto para uma economia global mais forte, mais limpa e mais justa. Através da sua rede de 250 comités e grupos de trabalho especializados, a OCDE proporciona um cenário onde os governos comparam experiências políticas, procuram respostas a problemas comuns, identificam boas práticas e coordenam as políticas nacionais e internacionais. Mais informações disponíveis: www.oecd.org.

SOBRE O CENTRO DE EMPREENDEDORISMO, PMEs, REGIÕES E CIDADES

O Centro ajuda os governos locais, regionais e nacionais a libertar o potencial dos empresários e das pequenas e médias empresas, a promover regiões e cidades inclusivas e sustentáveis, a impulsionar a criação de emprego local e a implementar políticas de turismo sólidas. Mais informações: www.oecd.org/cfe/

Este documento, assim como quaisquer dados e mapas aqui incluídos, não prejudicam o estatuto ou soberania sobre qualquer território, a delimitação de fronteiras e fronteiras internacionais e o nome de qualquer território, cidade ou área.

© OCDE 2023

Este documento é publicado sob a responsabilidade do Secretário-Geral da OCDE. As opiniões expressas e os argumentos aqui utilizados não refletem necessariamente os pontos de vista oficiais dos países membros da OCDE. O documento e qualquer mapa aqui incluído não prejudicam o estatuto ou soberania sobre qualquer território, a delimitação de fronteiras e fronteiras internacionais e o nome de qualquer território, cidade ou área. A utilização desta obra, seja digital ou impressa, é regida pelos Termos e Condições que se encontram em <https://www.oecd.org/termsandconditions>.

Repensar a Atratividade Regional na Área Metropolitana de Lisboa, Portugal

2023

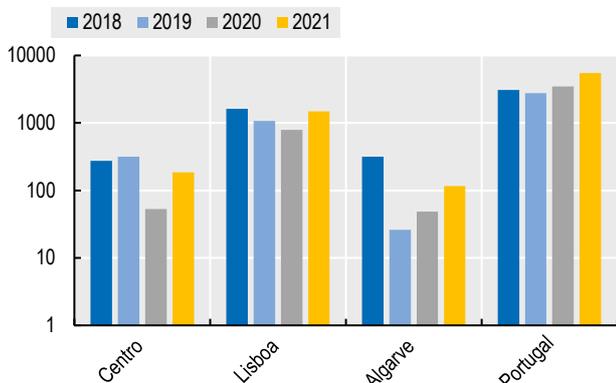


O impacto da crise COVID-19, agravado pelas consequências da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e das megatendências existentes (por exemplo, alterações climáticas, globalização, digitalização e alterações demográficas), continua a produzir efeitos assimétricos dentro e entre países e regiões, com o âmbito e escala a depender das suas características específicas.

O trabalho da OCDE para repensar as políticas de atratividade regional no novo ambiente global, é realizado com o apoio da Comissão Europeia (DG REGIO) e é uma atividade prioritária do Comité da Política de Desenvolvimento Regional (RDPC). Trabalhando estreitamente com 15 regiões em 5 países membros da OCDE (Irlanda, Itália, Portugal, Espanha e Suécia), pretende ajudar os decisores políticos, regionais e nacionais, a compreender melhor a posição das regiões num contexto global em evolução, incluindo os desafios e as oportunidades emergentes, e identificar os instrumentos políticos à sua disposição para aumentar a atratividade das regiões para os principais grupos-alvo internacionais de investidores (incluindo exportadores), talentos e visitantes. Ao fazê-lo, procura apoiar a transição das regiões para novas políticas de desenvolvimento territorial que promovam o desenvolvimento inclusivo, sustentável e resistente, reforçando ao mesmo tempo a atratividade regional.

Um retrato da Área Metropolitana de Lisboa (AML) no mundo

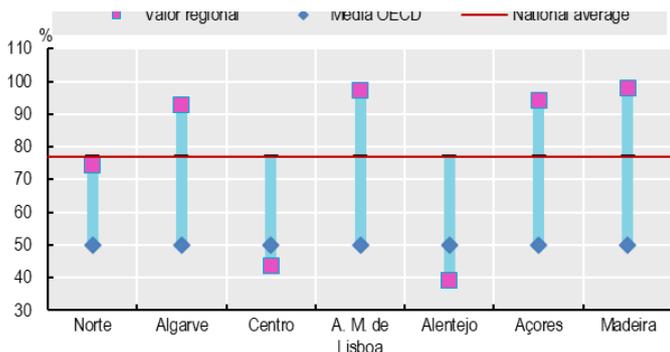
IDE Novas Instalações por Região, despesas em milhões de USD (escala logarítmica)



Nota: A base de dados do mercado de IDE inclui apenas investimentos internos declarados greenfield.

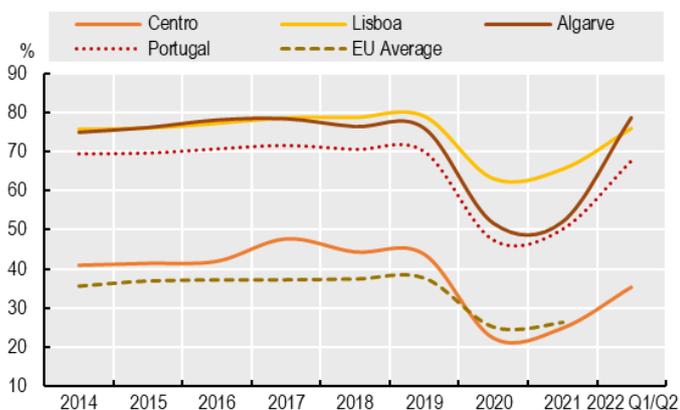
Fonte: Cálculos da OCDE baseados na base de dados do mercado de IDE, 2022.

Participação de energias renováveis na produção de electricidade, 2019



Fonte: Base de dados ambiental da OCDE (2022); regiões da OCDE (TL2)

Percentagem de noites passadas por turistas estrangeiros em estabelecimentos de alojamento



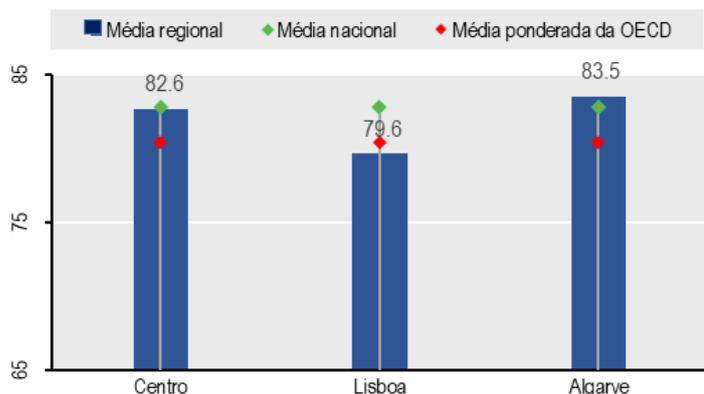
Fonte: Cálculos da OCDE baseados no Instituto Nacional de Estatística (2022); Eurostat (2021)

Durante a pandemia, a Área Metropolitana de Lisboa (AML) manteve a sua atratividade junto dos investidores estrangeiros. Apesar do impacto da crise da COVID-19, em 2020, quando a percentagem de IDE interno caiu 26,1%, a AML verificou uma forte recuperação. Os fluxos de IDE recuperaram em 2021, crescendo 88% para 1,486 milhões de USD. Este aumento significativo deveu-se a grandes investimentos na construção de edifícios industriais (mais de 315 milhões de USD), I&D em biotecnologia (156 milhões de USD), e à melhoria dos serviços logísticos de transporte aéreo (300 milhões de USD). Este desempenho compara favoravelmente com as tendências globais, que caíram cerca de um terço, e também ultrapassa os fluxos globais de IDE da OCDE e da UE (Greenfield), que caíram cerca de 50% e 70%, respetivamente. Embora estes indicadores demonstrem que a região está a recuperar dos efeitos da pandemia, permanece, no entanto, elevada incerteza, dado o atual contexto geopolítico.

A localização sudoeste e costeira da AML apresenta grandes oportunidades para a produção de energia renovável, particularmente energia eólica *offshore*. A percentagem de energias renováveis na produção de electricidade na AML a 97%, supera tanto a média nacional (77%) como a da OCDE (50%). Entre 25-50% da produção total de electricidade provém da energia eólica e mais de 10% da energia solar. (OECD, 2021^[1]). A proximidade da AML ao oceano e grandes áreas florestais (por exemplo, em municípios como Sesimbra ou Palmela) permite a instalação de tecnologias de energias renováveis (por exemplo, energia das ondas, biomassa e biogás). Isto pode desempenhar um papel cada vez mais importante no aprovisionamento energético e reduzir a dependência de combustíveis fósseis, bem como de fontes de energia externas para a produção de electricidade (CCDR LVT, 2020^[2]).

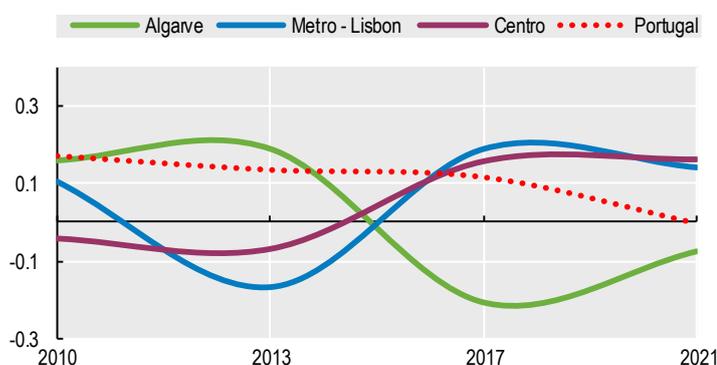
Entre 2014 e 2019, a AML registou um ligeiro, mas constante, aumento (para 79%) na percentagem de noites passadas por turistas estrangeiros em estabelecimentos hoteleiros - indicando tanto a atração da região como destino para turistas estrangeiros (reconhecido como um turismo de excelência), como a sua dependência dos mercados estrangeiros. O choque sem precedentes na economia do turismo, causado pela crise da COVID-19, levou a uma queda de 16 pontos percentuais em 2020. Embora um número significativo, este foi muito inferior à média nacional. Nos últimos dois anos, a AML recuperou, atingindo valores próximos dos níveis pré-pandémicos. Nos primeiros 6 meses de 2022, a percentagem de visitantes internacionais atingiu 76%. Em 2021, os dois principais mercados de entrada, Espanha (15%) e França (14%), representavam quase 30% (Statistics Portugal, 2022^[3]). Antes da pandemia, a região era muito mais dependente dos mercados de longo curso, com o Brasil (11%), e os Estados Unidos (10%) a representarem quase mais de um quinto das noites internacionais de visitantes (Statistics Portugal, 2020^[4]).

Comparação inter-regional sobre oportunidades de vida social (% da população satisfeita com as oportunidades de conhecer pessoas e fazer amigos)



Nota: Média nos anos 2016-2020
Fonte: Sondagem Mundial Gallup

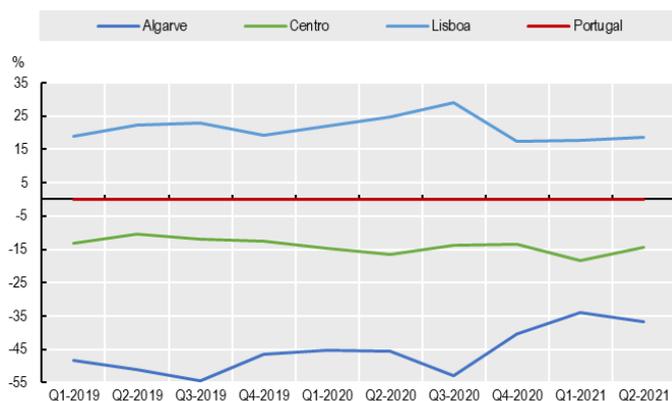
Índice Europeu da Qualidade do Governo



Nota: A média da UE é representada pelo eixo horizontal (linha zero). Os valores negativos significam que o EQI regional está abaixo da média da UE.
Fonte: Universidade de Gotemburgo

Velocidade de *download* a nível regional

Velocidade de descarregamento como um desvio percentual da média nacional



Fonte: Cálculos da OCDE baseados na base de dados Ookla; 2021; regiões TL2 da OCDE

Os indicadores que captam a participação em atividades sociais podem ser utilizados para medir o *stock* e a evolução do capital social regional. Estes indicadores tendem a ilustrar uma importante relação entre níveis mais elevados de bem-estar social e crescimento económico regional, o que constitui uma forte justificação para investimentos em áreas políticas que promovem a coesão social (Muringani, Fitjar and Rodríguez-Pose, 2021^[5]). Na AML, 80% da população indicou estar satisfeita com as oportunidades de conhecer pessoas e fazer amigos, um número ligeiramente abaixo da média nacional (83%) e próximo da média ponderada pela OCDE (80%), como é o caso em geral para as áreas densamente povoadas.

O Índice Europeu de Qualidade do Governo (EQI) capta, a nível regional, as perceções e experiências dos cidadãos em relação à corrupção, qualidade e imparcialidade de três serviços públicos essenciais - saúde, educação, e segurança. Entre 2013 e 2017, o EQI para o AML aumentou consideravelmente, subindo acima das médias da UE e de Portugal. Dados de 2021 ilustram que o EQI para a AML, continua a ultrapassar tanto a média da UE como a média portuguesa. A qualidade percebida do governo pode ter implicações na confiança no governo, bem como na atratividade dos territórios. Ela pode influenciar as decisões de potenciais investidores e talentos na escolha de um destino para criar uma empresa ou constituir uma família.

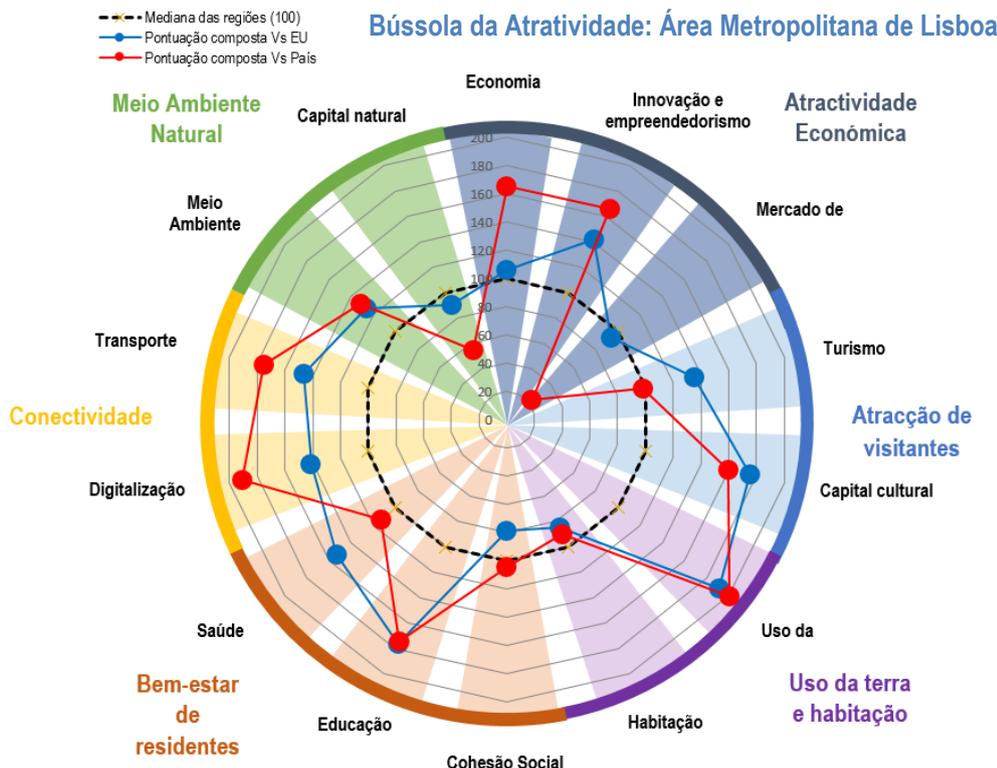
O acesso a ligações rápidas e fiáveis à Internet é um fator-chave para atrair talento - em particular trabalhadores remotos - investidores e visitantes. A AML beneficia da velocidade de *download* mais rápida entre as regiões portuguesas, por alguma margem. Apesar de uma melhoria de cerca de 10% em relação à média nacional entre o quarto trimestre de 2019 (19%) e o terceiro trimestre de 2020 (29%), os números de 2021 diminuíram nos últimos dois anos, com a velocidade média de *download* na AML a rondar agora os 18% mais rapidamente do que a média nacional, refletindo talvez a melhoria da velocidade de *download* noutras regiões e o aumento da utilização na AML (procura). Isto pode estar mais relacionado com os novos modelos de teletrabalho e processos de digitalização empresarial (requisitos de infraestrutura), em vez de uma diminuição da velocidade de *download* para a Área Metropolitana de Lisboa.

Perfil de atratividade: Área Metropolitana de Lisboa

A Área Metropolitana de Lisboa (AML) destaca-se pelas suas diversas oportunidades de vida cultural e pelos elevados níveis de perceção de qualidade de governo. A elevada concentração de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) em novas instalações (Greenfield) e um setor turístico bem desenvolvido oferecem oportunidades para moldar o futuro do crescimento regional, ao mesmo tempo que tornam os limitados terrenos disponíveis e a habitação acessível num desafio para o desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Antes de considerar os instrumentos de política disponíveis para aumentar a atratividade de uma região para grupos-alvo internacionais (investidores, talentos, visitantes), é importante compreender primeiro a posição da região no mundo. Para tal, a OCDE considera quatro famílias de ligações internacionais: negócios (por exemplo, projetos de IDE, comércio, emprego em negócios controlados por estrangeiros, etc.), humanos (migração, e visitantes), conhecimento (estudantes internacionais, I&D, patentes) e infraestrutura (banda larga, portos, aeroportos, estações). No caso da Área Metropolitana de Lisboa (AML), na frente **empresarial**, a AML está globalmente integrada com uma **taxa de abertura comercial** superior a 68,6% - uma medida das importações e exportações da região como parte do PIB regional - que está acima tanto da UE (47,4%) como da média nacional (35,6%). Em termos de **infraestrutura**, a região destaca-se com um forte **desempenho do transporte aéreo**; em média, as pessoas na região podem aceder a mais de 491 voos únicos de passageiros em 90 minutos de automóvel, muito acima da média da UE (320 voos) e da média nacional (213 voos). No que diz respeito às ligações **humanas**, e em particular à presença de visitantes, a região registou mais noites de visitantes por km² (2.035 noites) do que a maioria das regiões da UE (1.126 noites), destacando a atratividade duradoura da região como destino para os visitantes. Finalmente, em termos de ligações de **Conhecimento**, houve quase 2.500 **copublicações científicas internacionais** na região em 2021, o que constitui uma importante medida de participação no ecossistema global de investigação. Esta foi muito acima da média da UE (1.126) e da média regional nacional (1.357), e quase 60% acima de quando os dados começaram a ser recolhidos em 2014.

A abordagem inovadora e multidimensional da OCDE para avaliar a **atratividade regional** considera o envolvimento global para além das ligações internacionais e dos fatores não financeiros. No total, a metodologia considera mais de 50 indicadores para desenvolver perfis de atratividade regional, cobrindo 14 dimensões de atratividade, em seis domínios (Atratividade económica, Conectividade, Apelo ao visitante, Ambiente natural, Bem-estar dos residentes, Uso do solo e Habitação).



Atratividade económica: A Área Metropolitana de Lisboa (AML) apresenta uma atratividade económica relativamente forte em relação a outras regiões da UE e de Portugal, exceto para o mercado de trabalho. Mais especificamente, apresenta um desempenho superior ao de outras regiões portuguesas em termos de PIB per capita e Valor Acrescentado Bruto por trabalhador e está entre as regiões portuguesas com melhor desempenho em termos de percentagem de emprego em investigação e desenvolvimento (mais de 3,6%) e de criação de empresas patronais. No entanto, está geralmente abaixo da média da UE (58%) sobre a taxa de emprego (55%), particularmente no que diz respeito ao emprego dos jovens (74%) em comparação com a média da UE (80%), onde subsistem desafios significativos (OECD, 2022^[6]). De facto, Portugal sofreu um grande declínio no emprego dos jovens no início da crise da COVID-19 e ainda não atingiu os níveis pré-crise.

Apelo ao Visitante: O setor do turismo tem sido uma parte importante e crescente da economia da região nos últimos anos e, em geral, tem tido um forte desempenho contra outras regiões da UE e de Portugal em termos de atratividade. A AML beneficia de uma grande parte dos visitantes que chegam, que representam cerca de 75% das noites passadas em estabelecimentos de alojamento. Ao mesmo tempo, o turismo e a economia portuguesa em geral têm sido particularmente vulneráveis aos impactos da pandemia devido à elevada proporção de visitantes internacionais (cuja quota-parte está muito acima da média da UE), e à contribuição proeminente do turismo para a economia portuguesa - responsável por 8,1% do VAB, 20% das exportações, e quase 10% do emprego total antes da pandemia (OECD, Forthcoming^[7]) - especialmente em áreas metropolitanas e centros turísticos como Lisboa e o Algarve. Em termos de capital cultural, a região AML tem uma rica coleção de património cultural, incluindo uma série de sítios do Património Mundial da UNESCO, e uma percentagem de emprego nas indústrias culturais e criativas (cerca de 2,4%), que ultrapassa a média da UE (1,14%). As empresas do setor cultural e criativo são reconhecidas por darem um contributo significativo para o desenvolvimento regional, sendo os trabalhadores destes setores tipicamente altamente qualificados, e os seus empregos com baixo risco de automatização (OECD, 2022^[8]) e com elevado potencial de internacionalização.

Conectividade: Globalmente, a AML tem um desempenho bem acima da maioria das outras regiões portuguesas e da UE neste domínio (abrangendo transporte e digitalização). Em matéria de conectividade de transportes, a AML destaca-se com quase 500 voos acessíveis aos residentes num raio de 90 minutos, mas o aumento do tráfego aéreo a longo prazo no aeroporto de Lisboa pode causar pressão sobre as infraestruturas atuais. Quanto ao desempenho ferroviário, uma medida de acessibilidade e proximidade ferroviária, a região pontua bem acima da média da UE (European Commission, 2022^[9]). O mesmo pode ser dito sobre a medida de desempenho rodoviário (Dijkstra, Poelman and Ackermans, 2019^[10]) (Poelman, Dijkstra and Ackermans, forthcoming^[11]). Apesar disso, apenas pouco mais de metade (56,8%) da população está satisfeita com a qualidade dos transportes públicos, uma pontuação que está em linha com outras regiões de Portugal, mas abaixo da média tanto da OCDE (60,7%) como da UE (60,4%). As iniciativas introduzidas para melhorar e reduzir o custo de entrega do transporte público incluem o Passe Social de Transporte de Lisboa (2019) para pessoas que enfrentam dificuldades financeiras ou vulnerabilidade social e a adoção de uma única marca metropolitana (2022) para aumentar em 35% a cobertura regional e apoiar melhores ligações entre os 18 municípios da AML. A região tem um desempenho acima de outras regiões da UE quando se trata de transformação digital, com mais de 88% dos lares com acesso à banda larga e as velocidades de descarga mais rápidas e cobertura de fibra ótica no país.

Uso do solo e Habitação: O turismo tornou-se um setor líder na região, e a crescente procura por parte de não-residentes em resposta aos incentivos governamentais para que os estrangeiros comprassem segundas casas tem sido um fator significativo por detrás do forte crescimento dos preços das casas. Na Área Metropolitana de Lisboa, 13% da população sente que não tem dinheiro suficiente para a habitação, enquanto que menos de um terço (32%) está satisfeito com a acessibilidade da habitação, a segunda pontuação mais baixa em Portugal. Ao avaliar a dimensão do uso do solo, é importante compreender que uma pontuação mais alta nessa dimensão representa níveis mais elevados de desenvolvimento e de preços. A dinâmica de desenvolvimento de infraestruturas e consolidação do tecido urbano foi particularmente afetada, como demonstrado pela elevada percentagem de áreas convertidas em superfícies artificiais entre 2004-2019 (5,3%). A percentagem de áreas construídas (20,4%) é também consideravelmente superior às médias das regiões da OCDE (4,7%) e da UE

(6,3%). De 2011 a 2019, Lisboa viu mais construções novas que aumentaram cerca de 36% do que edifícios reabilitados, cerca de 5% de aumento (Statistics Portugal, 2019_[12]). Embora isto possa ser ilustrativo do dinamismo económico, também pode ter consequências ambientais para a Região.

Bem-estar de residentes: Em termos de educação, a AML tem um melhor desempenho do que a maioria das regiões da UE e de Portugal. Os residentes beneficiam de bom acesso às escolas primárias e secundárias, e existem três universidades classificadas entre as 500 melhores do mundo. Há uma elevada percentagem de estudantes estrangeiros (cerca de 12%), em comparação com as regiões da OCDE (8,3%) e da UE (7,4%), e a percentagem mais elevada de população com ensino superior no país (41,3%). O acesso fiável aos serviços de saúde e o elevado número de médicos per capita (6,65 por 1000 habitantes) é indicativo da pontuação mais elevada em matéria de saúde, um serviço público essencial. No entanto, contra intuitivamente, menos de 60% da população está satisfeita com a disponibilidade ou qualidade dos cuidados de saúde (abaixo das médias da UE e da OCDE - 65%). A coesão social é a dimensão com menor desempenho neste domínio, como indicado pela baixa afluência às urnas nas eleições gerais (~56% da população) e a percentagem da população satisfeita com as oportunidades de se encontrar e fazer amigos.

Ambiente natural: Quanto à dimensão ambiental, cerca de 49% da população está satisfeita com os esforços para preservar o ambiente, uma pontuação abaixo da média da UE, indicando possivelmente a necessidade de melhores respostas políticas para salvaguardar o ambiente e apoiar o crescimento verde. A região tem uma abundância de capital natural, incluindo os estuários dos rios Tejo e Sado e os parques naturais de Sintra-Cascais e Arrábida. Embora a AML tenha um desempenho abaixo (22%) da maioria das regiões da UE (37%) na taxa de cobertura arbórea, mostrou melhorias na evolução do coberto arbóreo, que aumentou a partir de 2004 e 2019 acima da média da UE. Quanto às emissões de gases com efeito de estufa produzidas pela indústria dos transportes (0,65 toneladas de equivalente CO₂ per capita), a região apresenta um desempenho superior à maioria das regiões da OCDE (2,02) e da UE (1,96).

Da recuperação à resiliência da Área Metropolitana de Lisboa

A Região de Lisboa e Vale do Tejo compreende uma área de 12 216 km² e alberga 36% da população nacional, dentro da qual a Área Metropolitana de Lisboa (AML) representa 28% da população nacional em apenas 3% do seu território (Statistics Portugal, 2020_[13]). A pandemia teve um impacto assimétrico em setores da economia regional, sendo o turismo e as indústrias criativas os mais atingidos. A economia portuguesa está em constante recuperação dos efeitos da pandemia, na sequência de um conjunto de respostas políticas pró-ativas e de um vasto uso de vacinas. Na medida que a recuperação económica avança, a ação política a nível regional é essencial para aumentar o investimento em tecnologias digitais e em reformas estruturais que abordem os padrões sociais e de vida para um crescimento mais inclusivo e mais ecológico, contribuindo para a atratividade global de resistência da região. Para o conseguir a nível regional, a Estratégia Regional de Lisboa (ERL 2030) lançada em 2020 visa reposicionar a AML como ator global na inovação e competitividade, e está incorporada no Programa Regional de Lisboa (PRL2030) juntamente com uma Estratégia de Especialização Inteligente de Lisboa - AML (RIS3) atualizada para 2021-2027, que delinea medidas para atrair empresas, investigadores e especialistas internacionais para a região, reforçando a sua cadeia de valor e atraindo investidores e talentos.

A OCDE reconhece que os setores orientados para o conhecimento estão associados a produtos inovadores, novos processos de produção com impactos positivos na produtividade, competitividade internacional, empregos bem remunerados e crescimento económico global. Estes setores tendem a concentrar-se em certas regiões, uma vez que os investimentos, as infraestruturas e o capital físico e humano tendem a aglomerar-se naturalmente (OECD, 2009_[14]). No entanto, assegurar o alinhamento das diferentes estratégias, incluindo também o Plano de Recuperação para a Europa e Horizonte Europa, e identificar oportunidades para incluir iniciativas adicionais pós-crise, especialmente em matéria de saúde e economia, poderia diminuir o risco de sobreposições de políticas e evitar interpretar mal os objetivos e responsabilidades políticas das várias instituições e atores envolvidos. Por exemplo, a Região procura ativamente melhorar a satisfação da população com a saúde e iniciou programas específicos como as novas unidades de saúde familiar apoiadas pelos fundos da UE 2014-20 (por exemplo, a construção de 49 unidades de saúde familiar apoiadas pelo Programa Operacional de Lisboa 2020 - Programa Operacional Regional 2014-2020). Além disso, a implementação destas estratégias exigirá uma maior

coordenação e ferramentas de monitorização mais robustas para analisar os resultados das políticas e para construir uma recuperação resiliente após a pandemia.

Após a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, milhões de ucranianos fugiram das suas casas em busca de refúgio em várias regiões europeias, incluindo a região de Lisboa e Vale do Tejo. Para responder às necessidades urgentes, a Câmara Municipal de Lisboa estabeleceu um *Programa Municipal de Emergência* (VSI TUT - Todos Aqui) para disponibilizar assistência contínua e acolhimento temporário aos refugiados ucranianos durante um período de, pelo menos, um ano. Foram criados vários serviços e iniciativas de apoio gratuitos, incluindo: acesso a cuidados de saúde, habitação, imigração e escolas para crianças, bem como apoio social e iniciativas que promovem o diálogo intercultural. Embora a duração da estadia dos refugiados ucranianos seja ainda incerta, os fluxos de refugiados abrangem mulheres em idade ativa e refugiados altamente qualificados, o que pode potencialmente contribuir para fazer face à escassez de mão-de-obra na região a curto e médio prazo (OECD, 2022^[15]).

A Área Metropolitana da Lisboa é um ponto de entrada atrativo para as empresas que procuram estabelecer o acesso à UE. A Região apresenta infraestruturas físicas bem desenvolvidas (por exemplo, ferroviárias, portuárias e aeroportuárias), e de TI. Além disso, existe uma grande reserva de talentos disponíveis, e o custo de vida é significativamente mais baixo em comparação com outros países do Norte da Europa. A cidade de Lisboa tem vindo a atrair ativamente investimentos para melhorar a economia da cidade com o apoio do Invest Lisboa. Esta agência de balcão único - criada através de uma parceria entre a Câmara Municipal e a Câmara de Comércio Portuguesa - apoia empresas, investidores e empresários que procuram investir ou estabelecer o seu negócio em Lisboa. Embora a estratégia mostre grande promessa, a sua expansão para cobrir a região de Lisboa e Vale do Tejo, com um mandato mais amplo, poderia unir a visão das múltiplas sub-regiões e municípios, com economias de escala potenciais, aumentando a eficácia da atratividade do IDE. Uma sólida estratégia de atração de investimento a nível regional, como a *Estratégia de Recuperação Regional e Crescimento Sustentável da Irlanda*, (Caixa 1), que se baseia em especializações regionais e estabelece objetivos e meios de atrair investimento nas regiões, poderia inspirar a identificar os instrumentos adequados e a coordenar estratégias de investimento regional entre as partes interessadas relevantes.

A concentração em novos nichos de mercado e oportunidades que estão a emergir da pandemia de Covid-19, ao mesmo tempo que encoraja a inovação, pode reforçar a evolução dos ecossistemas empresariais e ajudar as empresas a adaptarem-se a essas oportunidades e a beneficiarem das mesmas. Identificar e aproveitar o potencial de exportação e concentrar-se em setores emergentes como a economia azul, a biotecnologia e a investigação através da Estratégia RIS3 poderia oferecer soluções inovadoras para se adaptar às mudanças desencadeadas pela pandemia. Por exemplo, melhorar a conectividade entre o Porto de Sines e o Porto de Setúbal, localizado a 100 km de distância, poderia promover a integração com outras infraestruturas e instalações e atrair potenciais investidores. Os portos são eixos da atividade económica internacional em termos de organização e de criação de valor. Podem também ser vantagens para o desenvolvimento urbano e, como tal, devem ser concebidos em complementaridade com outras iniciativas que promovam ligações inter-regionais para assegurar que os impactos sejam inclusivos e sustentáveis. Embora os dois principais portos (Setúbal e Lisboa) sejam geridos de forma autónoma, a AML poderia beneficiar de uma maior integração entre portos (por exemplo, através de uma estratégia, como a aliança portuária francesa HAROPA, formada em 2012 entre os principais portos marítimos do Havre e de Rouen, bem como os portos fluviais de Paris) - em termos de governação e investimento - entre regiões portuárias e não portuárias, gerando um efeito económico positivo da existência de grandes portos para além da sua vizinhança imediata.

Caixa 1. Aprender com a Estratégia de Recuperação Regional e Crescimento Sustentável da Irlanda

Durante o período 2021-2024, a Agência de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) da Irlanda (IDA Ireland) irá levar a cabo uma estratégia regional para toda a ilha baseada em especializações regionais, com objetivos e meios estabelecidos para atrair investimento nas regiões. A estratégia, que está alinhada com o Plano Económico Nacional do governo central, assenta em cinco pilares - crescimento, transformação, regiões e sustentabilidade e impacto. As suas ambições são aumentar a despesa dos clientes em 20% - maximizando o impacto do investimento em IDE - e criar 50.000 empregos até 2024. O desenvolvimento regional está também no centro da nova estratégia. Um total de 400 investimentos são destinados a localizações regionais e 19 Soluções de Construção Avançadas serão entregues pela IDA Irlanda a localizações regionais, ao longo do período de quatro anos. Apoiando o Plano de Ação Climática, a estratégia visa também ganhar 60 investimentos em sustentabilidade e apoiará o crescimento futuro através de 170 investimentos em I&D&I e 130 investimentos em formação, permitindo uma recuperação transformadora centrada na sustentabilidade e inclusão. Finalmente, tem também um enfoque especial em atrair empresas multinacionais líderes para se localizarem na Irlanda, maximizando o impacto do IDE na Irlanda.

Apesar do atual contexto económico volátil, os destaques do desempenho da IDA Irlanda ao longo de 2021 incluem o maior aumento do emprego em IDE num único ano, aumentando os números do emprego direto no setor multinacional na Irlanda para 275.384. Foram ganhos um total de 249 investimentos, 104 dos quais são investimentos de novo nome - dos quais 53% foram para localizações regionais.

Fonte: IDA Irlanda (2021), Comunicado de imprensa: Performance 2021, <https://www.idaireland.com/latest-news/press-release/ida-ireland-announces-results-for-2021-with-highest-increase-in-fdi-employment-in-a-single-year> (acedido a 17 de Novembro de 2022).

Um estilo de vida apelativo e uma elevada qualidade de vida estão entre as muitas vantagens que tornaram a região madura para a presença de estudantes internacionais. Como resultado, a Região está a emergir como uma capital europeia do conhecimento, com a capacidade de atrair estudantes internacionais, *start-ups*, e empresas multinacionais atraídas pelo potencial da região. É essencial dar mais poder às instituições de ensino superior para atividades de transferência e melhoria do conhecimento, uma vez que estas proporcionam investigação e formação e contribuem para reforçar o ecossistema. A Nova School of Business and Economics (Nova SBE) é um bom exemplo de como o conhecimento criado nas universidades e centros de investigação pode impulsionar a inovação e as oportunidades em setores existentes ou novos (Caixa 2). A Nova SBE desempenha também um papel estratégico no apoio ao desenvolvimento regional através da criação de conhecimento, transferência de conhecimento e desenvolvimento cultural e comunitário, o que beneficia não só a AML mas também a região de Lisboa e Vale do Tejo como um todo.

Apesar disso, o sucesso da Região em atrair talento e visitantes deixou as famílias de baixos rendimentos a lidar com o custo crescente da habitação, particularmente na cidade de Lisboa. A entrada de novos residentes com níveis de rendimento elevados, a maior procura por parte de investidores estrangeiros e a presença crescente de alugueres de férias de curta duração, levaram ao aumento dos preços da habitação e do arrendamento na capital. Os jovens profissionais lutam no mercado da habitação e a falta de alojamento para estudantes traz desafios adicionais ao acesso a habitação acessível. Esta circunstância aumenta as tensões sociais e maiores desigualdades de rendimentos, espaciais e de emprego, particularmente entre a cidade central e as famílias periféricas. Os preços das casas no centro da cidade levaram os habitantes com baixos salários a instalarem-se na periferia, alimentando uma maior expansão urbana e gentrificação, o que pode levar a emissões mais elevadas dos transportes rodoviários e à perda de espaço aberto e de recursos ambientais, como gestão e custo de emissão (OECD, 2018_[16]). No caso da AML, isto pode refletir-se não só na

gentrificação do centro da cidade de Lisboa, mas também desencadear o dinamismo de outros municípios da área metropolitana.

Caixa 2. A Nova SBE – um líder em inovação

A Nova School of Business and Economics (Nova SBE) é um líder europeu em inovação e uma das principais escolas de negócios da Europa. Desde a inauguração em 2018 do novo campus de Carcavelos, no município de Cascais, a escola mudou o seu foco para atrair talentos internacionais que procuram oportunidades de educação e investigação, e investidores estrangeiros que procuram tirar partido da reserva de talentos. A escola promove ativamente um ambiente sustentável, inovador e empreendedor, num ambiente multicultural com mais de 60% dos alunos matriculados vindos do estrangeiro. Oferecer serviços vitais que satisfaçam as necessidades da comunidade em geral, contribuindo simultaneamente para o desenvolvimento de uma sociedade inclusiva, é um princípio inerente à visão da escola. O campus está aberto a membros da comunidade, que podem fazer uso dos múltiplos serviços da Escola, incluindo a biblioteca, instalações desportivas, restaurantes, estacionamento e clínica de saúde.

A Nova SBE é a sede do Instituto Haddad de Empreendedorismo, que desempenha um papel único no apoio ao arranque de empresas. O instituto fornece apoio a novas empresas ao mesmo tempo que difunde proactivamente os conhecimentos técnicos e as competências para que os estudantes construam competências empreendedoras. Uma cultura empreendedora traz frequentemente impactos económicos e regionais positivos, em termos de criação de emprego, crescimento inclusivo e inovação. O Instituto acolhe atualmente 84 empresas em fase de arranque, com enfoque em 5 áreas: Fintech & Data; Saúde & Bem-estar; Hospitalidade & Viagens de Clientes; Cidades e Comunidades Inteligentes; Economia Espacial, Verde & Azul. O Instituto pretende forjar uma forte colaboração entre estudantes, investigadores científicos e empresários, todos eles importantes alavancas para atrair mais estudantes internacionais e investimento estrangeiro.

A Nova SBE está também empenhada em tornar-se um "laboratório vivo" para projetos inovadores que contribuam para a sustentabilidade ambiental e contribuam para o desenvolvimento inteligente e sustentável da comunidade. Por exemplo, em 2021, a escola estabeleceu uma parceria com a Bios Tech para implementar a Quinta Urbana Bios no seu campus. Esta parceria explora uma forma pioneira de agricultura que promove processos de economia circular e contribui para uma forma de vida mais sustentável.

Fonte: Nova School of Business and Economics (2022), "[Nova SBE Haddad Entrepreneurship Institute](#)" (acedido a 19 de Julho de 2022).

Para enfrentar estes desafios, em 2021, foi adotado o *Novo Planeamento Habitacional e Urbano de Portugal*, centrado na acessibilidade à habitação e reabilitação urbana. Além disso, foi estabelecida uma *Lei-Quadro da Habitação* com um novo conjunto de instrumentos políticos, que vão desde a acessibilidade à habitação, mobilidade e programas de inclusão ao novo *Regime de Arrendamento Urbano*. Também, foi desenvolvido um plano de ação habitacional (Plano de Ação habitacional PRR-AML 2021-2026) para a AML, no contexto do Plano de Recuperação e Resiliência. A Região pode se inspirar no Plano de Desenvolvimento Espacial 2015 da República Checa, que envolve o Ministério do Desenvolvimento Regional, a cidade de Praga, e a Região da Boémia Central realizar estudos regionais sobre interação de infraestruturas, desenvolvimento coordenado, e suburbanização (OECD, 2018_[17]). Os resultados sugerem que a coordenação de esforços entre municípios poderia melhorar a administração e manutenção da habitação pública (OECD, 2021_[18]).

Os decisores políticos e os intervenientes regionais reconhecem o papel central do capital humano no crescimento económico e a importância de absorver os efeitos positivos gerados pela aglomeração de competências. Como os níveis de desemprego jovem e o número de jovens que não têm emprego, educação ou formação (NEET) aumentaram desde a pandemia COVID-19, particularmente entre os grupos desfavorecidos,

continuando a existir oportunidades para melhorar a coordenação entre a oferta de educação e as necessidades do mercado de trabalho. Por exemplo, o setor do turismo enfrenta dificuldades em recrutar e reter pessoal qualificado. Esta situação, devido às características do mercado de trabalho do setor (por exemplo, alta sazonalidade, baixos níveis salariais, insegurança no emprego e longas horas de trabalho) está a levar a trabalhadores cada vez mais insatisfeitos e a dificultar a recuperação do setor. Nos últimos anos, as empresas têm recrutado, cada vez mais, junto da população migrante (em particular, brasileiros), para preencher as vagas de emprego.

A AML goza de uma vantagem competitiva no mercado global do turismo que poderia beneficiar a região de Lisboa e Vale do Tejo. Embora a crise financeira e da dívida pública em 2008 tenha reduzido substancialmente a atividade económica, o setor do turismo tem testemunhado um rápido desenvolvimento nos últimos anos e impulsionado a economia da região. Independentemente disso, os impactos da crise da COVID-19 para o turismo foram imediatos, com o setor a registar um declínio acentuado nas visitas e nos gastos. Embora continuar a apoiar o desenvolvimento sustentável deste setor seja fundamental, a diversificação da economia através da identificação e promoção de outros setores competitivos pode ser uma alavanca para reforçar a sua base económica. A pandemia tem demonstrado o benefício de economias regionais diversificadas, onde o turismo é prosseguido no contexto mais vasto dos planos de desenvolvimento económico regional. Atrair mais nómadas digitais e trabalhadores remotos para outras áreas da região poderia servir como uma oportunidade para melhorar a coesão territorial, reforçar as ligações rural-urbana e repensar o crescimento do turismo.

Para maximizar os potenciais impactos positivos do turismo, a região pode aproveitar aspetos das estratégias nacionais para aumentar a sua atratividade para os visitantes internacionais. Por exemplo, o município costeiro de Cascais, localizado a 25 km de Lisboa, lançou recentemente uma campanha promocional dirigida aos visitantes, nómadas digitais e trabalhadores remotos. A Junta de Turismo de Cascais oferece assistência, por exemplo, no pedido de vistos, na regulamentação do arranque de empresas, e até na procura de espaços de trabalho adequados. Tais campanhas podem servir o duplo objetivo de combater a superlotação em destinos populares existentes, tais como a cidade de Lisboa, ao mesmo tempo que desempenham um papel estimulante para as economias em destinos menos conhecidos. Ao mesmo tempo, a região pretende impulsionar a influência das suas múltiplas marcas (por exemplo, Marca Cascais) através do Plano Estratégico de Turismo para a Região de Lisboa 2020-2024, embora não exista atualmente uma estratégia para o desenvolvimento de uma marca regional da qual todas as sub-regiões possam beneficiar.

Melhorar os mecanismos de governação e coordenação a vários níveis

Portugal tem um sistema de três níveis de governos subnacionais, composto por regiões (duas Regiões Autónomas), municípios, e freguesias. O sistema português de governação é altamente centralizado, e a fim de coordenar os serviços do governo central (por exemplo, desenvolvimento regional, ambiente, e energia) a nível regional, o governo nacional criou as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) em 2003. Estes organismos regionais "desconcentrados" têm autonomia administrativa e financeira e desempenham um papel ativo na gestão dos programas operacionais regionais dos fundos estruturais da UE. Num esforço para impulsionar a cooperação intermunicipal, o governo nacional tomou medidas para reforçar a tomada de decisões a nível subnacional, transferindo competências adicionais (por exemplo, na educação, habitação, transportes) para as autoridades locais e as CIM. Além disso, está em curso uma nova reforma para reforçar as responsabilidades das CCDR até 2024. Este processo envolve a transferência de competências nas áreas relacionadas com a economia, cultura, educação, saúde, conservação da natureza e florestas, planeamento espacial, infraestruturas, formação profissional, e agricultura e pescas (Government of Portugal, 2022^[19]). No entanto, continua a não ser claro como as CCDR financiarão as suas novas responsabilidades e como interagirão com os organismos intermunicipais. Os principais objetivos de tais reformas são gerar economias de escala na prestação de serviços públicos e apoiar o desenvolvimento e implementação de estratégias integradas de desenvolvimento regional que tenham em conta as ligações urbano-rural. As tendências de regionalização aumentam a necessidade de coordenação entre os níveis governamentais e a necessidade de clarificação em torno das responsabilidades e da atribuição de competências, a fim de evitar duplicações e/ou sobreposições. Os benefícios potenciais dependem do

sistema na sua totalidade, incluindo a capacidade adequada dos governos nacionais, e subnacionais, a responsabilização da tomada de decisões públicas nacionais, regionais e locais e a presença de condições de enquadramento sólidas (OECD, 2019^[20])¹. Uma vez que Portugal está a empreender estas reformas territoriais através não só da implementação de um processo de desconcentração administrativa, mas também de uma recente redefinição dos perímetros NUTS II e NUTS III, este tópico é ainda mais relevante, particularmente tendo em conta os desafios para a governação a vários níveis e a governação regional no território da CCDR LVT.

Alguns territórios NUTS III na área da CCDR LVT fazem parte de um sistema híbrido uma vez que dependem também de outras autoridades regionais (CCDR Centro e CCDR Alentejo¹) para vários fins, tais como fundos de coesão política, planeamento espacial e algumas políticas setoriais como a saúde e a agricultura. Neste sistema, a "geografia para financiar" projetos e investimentos é diferente da "geografia do ordenamento do território". Por exemplo, o planeamento espacial da região de Lisboa e Vale do Tejo inclui quatro zonas NUTS III: AML (Área Metropolitana de Lisboa), Oeste, Médio Tejo, e Lezíria do Tejo. Contudo, o Oeste e o Médio Tejo estão incluídos no financiamento da Região Centro (Política de Coesão), enquanto a Lezíria do Tejo está incluída na Região do Alentejo. Como resultado, as responsabilidades da CCDR LVT em relação ao fundo de coesão estão limitadas aos investimentos na AML. Em contrapartida, o financiamento dos investimentos da Política de Coesão no Oeste e Médio Tejo (e Lezíria do Tejo) é da responsabilidade da CCDR Centro em conjunto com a CCDR Alentejo, que não são, no entanto, responsáveis pelo planeamento espacial destas NUTS. Esta complexidade acrescenta à entropia o risco de haver uma responsabilização insuficiente no quadro institucional de cada região.

Além disso, a atual capacidade das CCDR para desenvolver e implementar estratégias regionais pode ser restringida a longo prazo por limitações de recursos humanos e de capacidade técnica para gerir a prestação de serviços públicos e apoiar o desenvolvimento regional global. As CCDR enfrentam, geralmente, desafios organizacionais que dificultam o compromisso e a implementação de abordagens estratégicas e trans setoriais de longo prazo para o desenvolvimento regional. A reforma também tem em conta o processo em curso para atribuir novas competências das Comunidades Intermunicipais (CIM) e a necessidade de expandir o seu papel. Têm de existir formas precisas de garantir que este processo não levará a mandatos não financiados. Esta questão pode ser relacionada com a volatilidade das bases tributárias municipais e a incerteza da capacidade de despesa relativa a compromissos plurianuais. A clarificação das atribuições entre as CCDR e as CIM é também necessária para evitar duplicações e permitir uma ação pública intersetorial à escala relevante (OECD, 2020^[21]), particularmente considerando a possibilidade das CIM participarem na gestão de fundos regionais.

Na medida que Portugal avança na implementação das suas reformas de descentralização, será importante assegurar que todos os níveis de governo, incluindo a nível regional, intermunicipal e municipal, disponham de recursos e instrumentos adequados para assumirem novas funções e responsabilidades de forma eficiente. É particularmente desafiador para a região LVT que inclui quatro regiões NUTS III (AML, Lezíria do Tejo, Médio Tejo, e Oeste), 52 municípios, e 355 freguesias numa área de 12.216 km², que alberga 36% da população portuguesa, especialmente considerando que inclui a organização intermunicipal da Área Metropolitana de Lisboa, financiada pelos seus 18 municípios membros, juntamente com transferências do governo central e fundos europeus. As competências da AML incluem competências-chave para a atratividade, tais como transportes, ordenamento do território, desenvolvimento regional, eliminação de resíduos, abastecimento de água e saneamento.

Com o processo de reforma em curso, a CCDR LVT terá também as suas competências reforçadas. Por exemplo, um maior enfoque no reforço da capacidade de implementação na região de Lisboa e Vale do Tejo através da melhoria das capacidades de coordenação poderia aumentar o impacto do investimento na Região.

¹ A região do Alentejo é uma das sete regiões TL2 de Portugal. A região tem cinco comunidades intermunicipais (CIM) e 58 municípios, incluindo a sua principal cidade, Évora (Alentejo Central). A região faz fronteira com a Extremadura e Andaluzia (Espanha) a Este, com o Oceano Atlântico e a Área Metropolitana Lisboa a Oeste, com Algarve a Sul e com a Região Centro a Norte. Com 704 934 habitantes, o Alentejo é a quarta região TL2 portuguesa em termos de população. (OECD, 2022^[56])

Os exemplos incluem a coordenação necessária entre centros de inovação individuais, tais como a *Innovation District* de Almada e a Cidade do Conhecimento de Setúbal. Ao mesmo tempo, uma maior aceitação das tecnologias digitais, através do desenvolvimento de infraestruturas e competências com o apoio de fundos da UE, poderia impulsionar o crescimento potencial. Por exemplo, o reforço das ligações de passageiros e mercadorias, em particular nas rotas através da fronteira, ligando regiões espanholas como a Galiza e a Andaluzia com os principais portos e aeroportos de Portugal e as grandes áreas metropolitanas como Lisboa e Porto, pode reforçar a competitividade global do "hub" da região LVT.

Além disso, eficiência na despesa pública e desenvolvimento equilibrado podem também beneficiar de uma melhor organização territorial. Por exemplo, a Península de Setúbal perdeu competitividade devido à sua distância da Grande Lisboa e às assimetrias metropolitanas, ao longo dos anos. A criação da nova NUTS III e de uma nova CIM com a reforma em curso pode ser fundamental para os nove municípios da Península de Setúbal na implementação de projetos para promover o turismo, desenvolver infraestruturas e serviços públicos, e atrair investimento e talento para a região. No entanto, resta saber se irá reduzir as assimetrias entre municípios dentro da Península de Setúbal e com a Grande Lisboa.

A fim de atrair investidores, talentos e visitantes, a CCDR-LVT está a trabalhar para comunicar eficazmente com entidades públicas e partes interessadas do setor privado para identificar boas práticas e políticas que abordem as oportunidades e desafios económicos, sociais e ambientais no novo ambiente global. Contudo, tal como acontece noutras regiões portuguesas, certos desafios surgem em termos de disparidades de atratividade territorial na região. Os municípios localizados em zonas costeiras têm níveis de receitas por habitante mais elevados do que os municípios do interior, tornando estes últimos altamente dependentes das transferências do governo central e dos fundos da UE. Desequilíbrios significativos na alocação de financiamento da UE poderiam impedir o desenvolvimento de sub-regiões no interior e acentuar as disparidades dentro da Região de Lisboa e Vale do Tejo. Podem também refletir em diferenças na capacidade de absorção dos fundos da UE, que é elevada na AML (por exemplo, uma taxa de execução de 85% de financiamento da UE em 2022). Por exemplo, a partir de Junho de 2022, foram aprovados 4049 projetos na Área Metropolitana de Lisboa ao abrigo do Programa Operacional Regional de Lisboa, apoiados por financiamento da UE, com uma dotação global de 817 milhões de euros (CCDR LVT, 2022^[22]).

O financiamento da UE tem sido fundamental para reforçar o desenvolvimento regional e complementar a capacidade do governo português para assegurar investimentos públicos e apoiar as autoridades locais através do orçamento nacional. Por exemplo, Portugal receberá uma dotação financeira de 16,6 mil milhões de euros durante o período 2021-2026 (13,9 mil milhões de euros em subvenções e 2,7 mil milhões de euros em empréstimos). Esta resposta sem precedentes que visa reforçar a coesão económica e social na UE pode também ser vista como uma oportunidade para aumentar a atratividade da região e o seu perfil de internacionalização. No entanto, a região ainda enfrenta problemas para financiar a manutenção dos investimentos em infraestruturas planeados, o que pode dificultar o planeamento de infraestruturas e o envolvimento a longo prazo dos recursos humanos públicos, em particular nos municípios com recursos humanos e técnicos limitados. Como tal, para assegurar que os investimentos feitos hoje podem contribuir mais eficazmente para o futuro desenvolvimento e atratividade regional, todas as regiões que recebem financiamento da UE precisam de explorar potenciais soluções de financiamento não comunitárias para apoiar a manutenção de infraestruturas. Além disso, as autoridades locais tendem a dar prioridade a projetos elegíveis para financiamento da UE, muitas vezes em detrimento de outros projetos que possam contribuir para abordar outras preocupações (por exemplo, investir mais em habitação acessível e de qualidade para atrair talentos). O novo papel das CCDR pretende reforçar a sua capacidade de absorver, gerir e gastar fundos da UE. No entanto, o impacto da reforma permanece pouco claro e sua implementação deveria ser melhor clarificada. Além disso, o âmbito do planeamento estratégico e do financiamento deve também considerar ser articulado entre diferentes instituições com objetivos diferentes que atuam na região da capital.

Considerações políticas

As seguintes considerações políticas destinam-se a ajudar os decisores políticos a aumentar o impacto das estratégias de atratividade da Região de Lisboa e Vale do Tejo (LVT) face aos investidores, talentos e visitantes, e a fornecer orientação para melhorar os quadros de governação a vários níveis e os mecanismos de coordenação.

- **Reforçar as medidas para facilitar o crescimento e desenvolvimento das indústrias emergentes onde a região tem potencial competitivo:** impulsionar a implementação das estratégias e programas existentes ajudará a criar empregos e a reforçar a diversificação económica (por exemplo, economia azul, biotecnologia e investigação). Por exemplo, utilizar a Estratégia RIS 3 atualizada para 2021-2027 como enquadramento para orientar o desenvolvimento do potencial inexplorado da Região pode também representar uma oportunidade para atrair investimento nacional e estrangeiro em projetos que concentrem a atividade de investigação, bem como desenvolvimentos para beneficiar da transição verde.
- **Melhorar a estratégia de habitação a nível metropolitano para atrair talento e investimento.** O Plano de Ação para a Habitação PRR-AML 2021-2026 inclui disposições para habitação digna, habitação económica, habitação de emergência, e habitação universitária. Apesar da força do plano e do orçamento disponível do PRR, é crucial aliviar as tensões causadas pela procura de habitação perto das áreas com maior empregabilidade. Por exemplo, orientar o desenvolvimento habitacional para áreas acessíveis por transportes públicos e avançar em regular os alugueres a curto prazo pode ajudar a ultrapassar as questões habitacionais enfrentadas pelos residentes na região, melhorar a coesão territorial, reforçar as ligações rural-urbana, e contribuir para atrair talento e investimento.
- **Tomar medidas para espalhar os benefícios da economia do turismo para além dos centros turísticos tradicionais da AML e para as áreas circundantes da região de Lisboa e Vale do Tejo.** Para alavancar eficazmente o turismo como catalisador do desenvolvimento regional e para ajudar a diversificar as economias regionais (como estabelecido na RIS 3), o crescimento do turismo deve ser prosseguido no contexto mais amplo das estratégias de desenvolvimento urbano, regional, sustentável e económico relevantes, através da inovação que introduz novas dinâmicas nas comunidades locais.
- **Aumentar a eficácia da atratividade do IDE para além da Área Metropolitana de Lisboa.** Expandir o papel do Invest Lisboa para trabalhar a nível regional, poderia ajudar a criar uma visão unida e atrair mais investimento estrangeiro para a Região. Isto requererá ferramentas apropriadas e estar alinhado com as novas competências da CCDR LVT, reforçando a sua capacidade de coordenar e promover estratégias de investimento entre as partes interessadas relevantes.
- **Adotar uma visão integrada da atratividade regional para grupos-alvo internacionais (investidores, talentos e visitantes) e monitorizar a sua implementação.** A clarificação na atribuição de competências para infraestruturas, bem-estar, competências e inovação é essencial para evitar duplicações e aumentar as complementaridades entre campos políticos e partes interessadas. Pode também facilitar a adoção de uma estratégia integrada/transversal para a atratividade regional à escala relevante, graças a um mecanismo de coordenação a vários níveis. A aplicação da decisão pública e o impacto a longo prazo também beneficiariam da implementação de ferramentas de monitorização adicionais (por exemplo, monitorização de gestão, monitorização a vários níveis).
- **Consolidar o quadro institucional para a atratividade e desenvolvimento regional.** Considerando o atual processo de descentralização e redesenho dos perímetros geográficos das regiões estatísticas (NUTS III), deve ser dada especial atenção à governação regional, em particular entre a Região Centro e a Região de Lisboa e Vale do Tejo (bem como a Região do Alentejo). O diálogo entre as partes interessadas e a adoção de objetivos convergentes são necessários para garantir que o orçamento atribuído ao desenvolvimento regional seja utilizado para investimentos em larga escala em vez de ser segmentado em múltiplos projetos, o que, em contrapartida, apoiará a atratividade da região face aos investidores, talentos e visitantes.

16| Notas

Os dados em que estes gráficos se baseiam provêm de várias fontes diferentes. A maior parte é extraída da base de dados da OCDE e do EUROSTAT assegurando que a mesma fonte é utilizada para o maior número possível de países e regiões. Onde e quando faltam dados, estes são extraídos de bases de dados disponíveis através dos serviços nacionais de estatística. Para algumas dimensões, os dados provêm de bases de dados específicas, tais como a base de dados Ookla para indicadores ligados à digitalização. Os dados são selecionados utilizando os dados mais robustos, disponíveis, e frequentemente recolhidos ao nível geográfico adequado (TL2 ou TL3). Com certos indicadores, são feitos cálculos para apresentar o indicador na unidade de análise mais relevante e comparável.

Referências

- CCDR LVT (2022), InfoData No. 26 PORTUGAL 2020 E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM RLVT, [2]
https://www.ccdr-lvt.pt/wp-content/uploads/2022/07/20220622_INFODATA_26.pdf. [2]
- CCDR LVT (2020), Estratégia Regional de Lisboa 2030, [2]
https://www.aml.pt/susProjects/susWebBackOffice/uploadFiles/wt1wwpgf_aml_sus_pt_site/componentText/SUS5F9C0ECCBA6EF/ESTRATEGIA_REGIONAL_DE_LISBOA_AML_LISBOA_2030.PDF]
- Dijkstra, L., H. Poelman e L. Ackermans (2019), Desempenho do transporte rodoviário, [1]
<https://doi.org/10.2776/046835>. [0]
- Comissão Europeia (2022), Relatório sobre Segurança e Interoperabilidade Ferroviária na UE - 2022, Serviço [9]
 de Publicações da União Europeia, <https://doi.org/10.2821/28376>.]
- Governo de Portugal (2022), Resolução do Conselho de Ministros nº 123/2022, Presidência do Conselho de [1]
 Ministros, <https://files.dre.pt/1s/2022/12/23900/0001000020.pdf>. [9]
- Muringani, J., R. Fitjar e A. Rodríguez-Pose (2021), Capital social e crescimento económico nas regiões da [5]
 Europa, pp. 1412-1434, <https://doi.org/10.1177/0308518X21100>.]
- OCDE (2022), Prestação de Serviços de Qualidade a Todos no Alentejo: Preparing Regions for Demographic [2]
 Change, OECD Rural Studies, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/63ffb4d7-en>. [3]
- OCDE (2022), Perspectivas de Emprego da OCDE para 2022: Construir de volta mercados de trabalho mais [6]
 inclusivos, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/1bb305a6-en>.]
- OCDE (2022), O Conserto da Cultura: Pessoas Criativas, Lugares e Indústrias, Desenvolvimento Económico [8]
 Local e Emprego (LEED), OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/991bb520-en>.]
- OECD (2022), A contribuição potencial dos refugiados ucranianos para a força de trabalho nos países de [1]
 acolhimento europeus, OECD Publishing, <https://www.oecd.org/ukraine-hub/policy-responses/the-potential-contribution-of-ukrainian-refugees-to-the-labour-force-in-european-host-countries-e88a6a55/#biblio-d1e664>. [5]
- OCDE (2021), Preços da Habitação nas Cidades da República Checa, Estudos Urbanos da OCDE, OECD [1]
 Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/bcddcf4a-en>. [8]
- OCDE (2021), Perspectivas Regionais da OCDE 2021 - Notas sobre o país Portugal: Progressos na transição [1]
 líquida zero, OECD Publishing, <https://www.oecd.org/regional/RO2021%20Portugal.pdf>.]
- OCDE (2020), Descentralização e Regionalização em Portugal: What Reform Scenarios?, OECD Multi-level [2]
 Governance Studies, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/fea62108-en>. [1]
- OCDE (2019), Fazer com que a descentralização funcione: Um Manual para Decentralizadores, OECD [2]
 Publishing, <https://doi.org/10.1787/g2g9faa7-en>. [0]
- OCDE (2018), Análises de Desempenho Ambiental da OCDE: República Checa 2018, OECD Environmental [1]
 Performance Reviews, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264300958-en>. [7]
- OCDE (2018), Repensando a dispersão urbana: Rumo a Cidades Sustentáveis, OECD Publishing, Paris, [1]
<https://doi.org/10.1787/9789264189881-en>. [6]
- OCDE (2009), "Emprego em setores orientados para o conhecimento", em "OECD Regions at a Glance" (As [1]
 regiões da OCDE num relance) 2009, OECD Publishing, Paris, https://doi.org/10.1787/reg_glance-2009-11-en [4]

- OCDE (a publicar), Tendências e Políticas de Turismo da OCDE 2022. [7
]
- Poelman, H., L. Dijkstra e L. Ackermans (a publicar), Desempenho do transporte ferroviário de passageiros. [1
1]
- INE (2022), Estatísticas do Turismo: 2021, <https://www.ine.pt/xurl/pub/2212292>. [3
]
- INE (2020), População residente (N.º) por local de residência (NUTS - 2013); Anual. [1
3]
- INE (2020), Estatísticas do Turismo: 2019, <https://www.ine.pt/xurl/pub/133574>. [4
]
- INE (2019), Construção e Habitação: Edifícios 2019, https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=401897685&PUBLICACOESmodo=2. [1
2]
- CCDR LVT (2022), InfoData No. 26 PORTUGAL 2020 E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM RLVT, https://www.ccdr-lvt.pt/wp-content/uploads/2022/07/20220622_INFODATA_26.pdf. Setor [2
2]
- CCDR LVT (2020), Estratégia Regional de Lisboa 2030, https://www.aml.pt/susProjects/susWebBackOffice/uploadFiles/wt1wwpgf_aml_sus_pt_site/componentText/SUS5F9C0ECCBA6EF/ESTRATEGIA_REGIONAL_DE_LISBOA_AML_LISBOA_2030.PDF. [2
]
- Dijkstra, L., H. Poelman e L. Ackermans (2019), Desempenho do transporte rodoviário, <https://doi.org/10.2776/046835>. [1
0]
- Comissão Europeia (2022), Relatório sobre Segurança e Interoperabilidade Ferroviária na UE - 2022, Serviço de Publicações da União Europeia, <https://doi.org/10.2821/28376>. [9
]
- Governo de Portugal (2022), Resolução do Conselho de Ministros nº 123/2022, Presidência do Conselho de Ministros, <https://files.dre.pt/1s/2022/12/23900/0001000020.pdf>. [1
9]
- Muringani, J., R. Fitjar e A. Rodríguez-Pose (2021), Capital social e crescimento económico nas regiões da Europa, pp. 1412-1434, <https://doi.org/10.1177/0308518X211100>. [5
]
- OCDE (2022), Prestação de Serviços de Qualidade a Todos no Alentejo: Preparing Regions for Demographic Change, OECD Rural Studies, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/63ffb4d7-en>. [2
3]
- OCDE (2022), Perspectivas de Emprego da OCDE para 2022: Construir de volta mercados de trabalho mais inclusivos, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/1bb305a6-en>. [6
]
- OCDE (2022), O Conserto da Cultura: Pessoas Criativas, Lugares e Indústrias, Desenvolvimento Económico Local e Emprego (LEED), OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/991bb520-en>. [8
]
- OECD (2022), A contribuição potencial dos refugiados ucranianos para a força de trabalho nos países de acolhimento europeus, OECD Publishing, <https://www.oecd.org/ukraine-hub/policy-responses/the-potential-contribution-of-ukrainian-refugees-to-the-labour-force-in-european-host-countries-e88a6a55/#biblio-d1e664>. [1
5]

Descubra mais em

regions@OCDE.org

www.OCDE.org/regional/globalisation

More information:
www.oecd.org/cfe

Follow us on



[@OECD_local](https://twitter.com/OECD_local) | [#OECDregions](https://twitter.com/OECDregions) |



[company/oecd-local/](https://www.linkedin.com/company/oecd-local/)

WP: oecdcoquito.blog/



Cofinanciado pela
União Europeia